

Produções científicas sobre acesso à informação pública: Brasil e Espanha (2009-2019)

Tatiana Costa Rosa

Doutoranda em Formación en la Sociedad del Conocimiento pela Universidad de Salamanca (USAL) - Espanha. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Brasil. Arquivista do Instituto Federal de Roraima (IFRR) - Boa Vista - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1766375531251952>

<https://orcid.org/0000-0003-2330-3218>

E-mail: tatyrosaa@gmail.com

María Manuela Moro Cabero

Doutora em História pela Universidad de Salamanca (USAL) - Espanha. Professora da Universidade de Salamanca (USAL) - Espanha.

<http://lattes.cnpq.br/0475077117392892>

<https://orcid.org/0000-0001-5301-1924>

E-mail: moroca@usal.es

Data de submissão: 06/02/2020. Data de aceite: 08/04/2021. Data de publicação: 10/12/2021

RESUMO

O acesso à informação pública vem sendo cada vez mais abordado por estudiosos de distintas áreas. No Brasil e na Espanha é crescente o quantitativo de estudos sobre esta temática. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de apresentar o estado da arte das produções científicas publicadas entre janeiro 2009 e dezembro de 2019 no contexto brasileiro e espanhol. Como objetivos específicos busca-se compreender a incidência das publicações por ano; averiguar os enfoques e tipos de pesquisas adotados; analisar o índice de publicação por tipo e âmbito; conhecer os autores, os locais onde os estudos vêm sendo publicados e as áreas do conhecimento envolvidas. A metodologia adotada caracteriza-se como de abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e bibliométrica. Os resultados mostram um aumento das publicações após as promulgações das leis de acesso do Brasil e da Espanha. Além disto, apontam que o acesso vem sendo tratado de forma interdisciplinar por distintos autores, sob diferentes óticas e contextos, que merecem ser (re)conhecidos e aprofundados pelos profissionais da informação.

Palavras-chave: Análise bibliométrica. Produção científica. Acesso à informação pública.

Scientific productions on access to public information: Brazil and Spain (2009-2019)

ABSTRACT

The access to public information has been increasingly addressed by students from different fields. In Brazil and Spain, the number of studies on this theme is growing. In this sense, the objective is to present the state of the art of scientific productions published between January 2009 to December 2019 in the Brazilian and Spanish context. As specific objectives, we seek to understand the incidence of publications per year; ascertain the approaches and types of research adopted; analyze the publication index by type and scope; know the authors, the places where the studies have been published and the areas of knowledge involved. The methodology adopted is characterized how qualitative and quantitative, exploratory and bibliometric. The results show an increase in publications after the enactment of access laws in Brazil and Spain. In addition, they point out that access has been approached in an interdisciplinary way by different authors, under different perspectives, areas and contexts, which deserve to be known and deepened by information professionals.

Keywords: *Bibliometric analysis. Scientific production. Access to public information.*

Producciones científicas sobre acceso a la información pública: Brasil y España (2009-2019)

RESUMEN

El acceso a la información pública ha sido abordado cada vez más por académicos de diferentes campos. En Brasil y España, el número de estudios sobre este tema está creciendo. En este sentido, se tiene el objetivo de presentar el estado del arte de las producciones científicas publicadas entre enero de 2009 y diciembre de 2019 en el contexto brasileño y español. Como objetivos específicos, buscamos comprender la incidencia de publicaciones por año; determinar los enfoques y tipos de investigación adoptados; analizar el índice de publicación por tipo y alcance; Conocer a los autores, los lugares donde se han publicado los estudios y las áreas de conocimiento involucradas. La metodología adoptada se caracteriza por un enfoque cualitativo y cuantitativo, de naturaleza exploratoria y bibliométrica. Los resultados muestran un aumento en las publicaciones después de la promulgación de leyes de acceso en Brasil y España. Además, señalan que el acceso ha sido tratado de manera interdisciplinaria por diferentes autores, bajo diferentes perspectivas y contextos, que merecen ser (re) conocidos y profundizados por profesionales de la información.

Palabras clave: Análisis bibliométrico. Producción científica. Acceso a la información pública.

INTRODUÇÃO

O acesso à informação pública (AIP) passou por algumas modificações conceituais e procedimentais no cenário internacional ao longo dos anos, bem como em cenários nacionais, incluindo Brasil e Espanha. Na atualidade, o AIP é entendido como um direito fundamental dos cidadãos, cuja aplicabilidade pode erradicar a invisibilidade externa social sobre determinados atos do governo. Devido à larga trajetória e importância, conforme Bobbio (2000), Mendel (2009) e Guichot Reina (2012), a temática “acesso” é amplamente abordada cientificamente e também por governos, organismos e especialistas voltados ao desenvolvimento da sociedade civil.

No que tange aos estudos científicos, autores como Messina (1998) e Ferreira (2002) defendem que o denominado estado da arte deveria compor qualquer investigação científica, sendo que serve como um pano de fundo para o desenvolvimento das demais etapas de estudos.

Definido por Messina (1998, p. 1, tradução nossa) como “um mapa que nos permite continuar caminhando”, o estado da arte proporciona organizar de maneira inteligível, sistematizada e contínua “discursos que em um primeiro exame se apresentam descontínuos e contraditórios” (*ibidem*), permitindo a caracterização de produções científicas.

Ademais, pode contribuir para a melhoria e o desenvolvimento de novos postulados, conceitos, paradigmas, evitando a perda de tempo com buscas e proposições de estudos saturados ou desnecessários.

Sob essa ótica, considerando que a temática AIP está diretamente relacionada aos profissionais da informação e à sociedade, bem como vislumbrando o cenário brasileiro e espanhol, países que possuem uma estreita relação e constante ascensão de produções científicas, estabelece-se o seguinte interrogante: como são caracterizadas as produções científicas publicadas sobre AIP no Brasil e na Espanha?

Tal questionamento remete ao objetivo geral deste estudo: apresentar o estado da arte das produções científicas publicadas sobre AIP no contexto brasileiro e espanhol. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: compreender a incidência das publicações por ano; averiguar os enfoques e tipos de pesquisas adotados; analisar o índice de publicação por tipo e âmbito; conhecer os autores, os locais onde os estudos vêm sendo publicados e as respectivas áreas e esferas do conhecimento envolvidas.

Por intermédio deste estudo, visa-se a propiciar que a sociedade e, principalmente, os demais investigadores se inteirem sobre as produções científicas publicadas em formato de artigos e teses no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2019, distribuídas em quatro bases de dados pré-selecionadas. Assim, investigadores poderão expandir seus arcabouços teóricos, ou partirem deste ponto, sem a necessidade de refazerem esta mesma revisão.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como de abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e bibliométrica. Para o levantamento e a consulta de publicações, foram delimitados os seguintes cenários, bases e publicações:

1. Cenário internacional: *SciVerse Scopus* – Artigos;
2. Cenário internacional: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) – Artigos;
3. Cenário nacional brasileiro: Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD) – Teses;
4. Cenário nacional espanhol: *Tesis Doctorales TESEO* – Teses;

Os dois cenários internacionais priorizados foram contemplados pelo fato de serem muito valorizados. No âmbito espanhol, por exemplo, a *Scopus*, ao ser comparada com outras bases de dados, é considerada a que compreende o maior número de revistas mundialmente, ao mesmo tempo que preza pela qualidade dos periódicos (GRANDA-ORIVE *et al.*, 2013). Igualmente, no Brasil, o fato de “estar na base da SciELO é fortemente valorizado como critério de qualidade para o periódico” (MARQUES, 2017, p. 46). A eleição dos cenários nacionais também ocorreu com base nessa lógica, sendo que a BDTD e a TESEO são as bases de dados mais reconhecidas nacionalmente em seus respectivos países, uma vez que englobam teses provenientes de universidades públicas e privadas.

Foram selecionadas as publicações escritas nos idiomas português, espanhol e inglês. No quadro 1, encontram-se os termos adotados para o levantamento.

Quadro 1 – Termos utilizados para o levantamento das publicações

Coluna 1	Coluna 2
Termos referentes a nacionalidade ou países	Termos adotados para busca
Brasil; Brasileiro; Espanha; Espanhol.	Direito de acesso à informação; Acesso à informação; Transparência pública; Transparência ativa; Transparência passiva; Acesso e governança; Transparência e governança; Bom governo; Lei de acesso à informação; Lei de transparência.

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Tais termos foram eleitos a fim de remeterem ao AIP no âmbito dos dois países. Desse modo, foi utilizado o método de combinações dos termos da coluna 1 com os da coluna 2, pois, com essa estratégia, pode-se recuperar o maior número de referências disponíveis.

Estabeleceu-se o recorte temporal de janeiro de 2009 a dezembro de 2019. A escolha de iniciar em 2009 decorreu do fato de que esse ano corresponde a um marco em termos de acesso tanto no Brasil quanto na Espanha: o poder executivo federal brasileiro apresentou ao Congresso o Projeto de Lei nº 5.228/2009, a fim de regular o acesso à informação; concomitantemente, na União Europeia, foi aprovado o Convênio nº 205/2009, reconhecendo e estendendo o direito de acesso à informação aos Estados-Membro, afetando diretamente a Espanha.

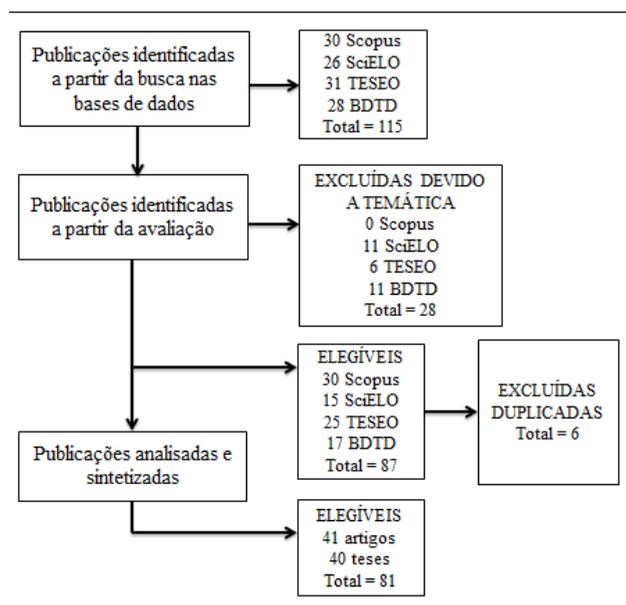
No que concerne aos critérios de exclusão, optou-se por:

- Descartar as publicações que diretamente não contemplassem o tema;
- Excluir a publicação mais antiga em casos de publicações duplicadas com datas diferentes;

- Sinalizar a duplicação de artigos indexados concomitantemente em *SciELO* e *Scopus*, e considerá-los somente uma vez;
- Valorizar somente a tese nos casos em que condissessem o título e o (a) autor (a) da tese e do artigo.

Após as delimitações supracitadas, deu-se início às quatro fases sugeridas por Grant e Booth (2009) para se alcançar resultados satisfatórios em um estado da arte: busca, avaliação, análise e síntese. A busca foi realizada com base nos critérios pré-estabelecidos, a avaliação ocorreu por meio das leituras dos resumos. Posto isto, analisou-se e sintetizou-se os resultados obtidos. Na figura 1, apresenta-se o fluxograma desse processo inicial.

Figura 1 – Processo de identificação e seleção das publicações utilizadas.



Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Foram encontradas um total de 115 publicações em todas as bases investigadas. Destas, 28 não tratavam especificamente da temática investigada e seis estavam duplicadas, sendo, portanto, 34 publicações descartadas. Assim, obteve-se o total de total de 81 publicações, as quais compõem os resultados deste estudo e podem ser observadas no apêndice A, composto por respectivos títulos, autor (es), periódico/universidade-programa/ edição/ página/ano, tipo de material (artigo ou tese) e base de dados.

Os resultados da análise e da síntese dessas 81 publicações serão apresentados na sequência, na seguinte perspectiva: cronológica; tipos de pesquisas (básica, aquela que tem como objetivo gerar conhecimento sem a necessidade de aplicação prática; ou aplicada, aquela que objetiva gerar conhecimento para a aplicação prática e dirigida à solução de problemas práticos); enfoque que o acesso obteve; âmbito (Brasil, Espanha ou outro(s)); autores que mais publicaram; periódicos e esfera de conhecimento dos artigos; universidades e áreas do conhecimento das teses.

RESULTADOS

Como resultados, observou-se que em todos os anos ocorreu pelo menos uma publicação e, desde então, sucederam algumas oscilações. A ocorrência de publicações em cada ano não foi linear, começou com apenas uma publicação em 2009, elevando-se para quatro em 2010 e 2013. No ano de 2011, decaiu para três publicações; em 2012, para duas; e, em 2014, voltou novamente a ter apenas uma. Já em 2015, ocorreram cinco publicações e, nos dois anos seguintes (2016, 2017), sobressaiu-se um elevado quantitativo, com 18 e 22 publicações, respectivamente, enquanto, em 2018 e 2019, as publicações começaram a baixar outra vez, para dez e 11. A tabela 1 apresenta as oscilações quantitativas encontradas.

Tabela 1 – Publicações por ano

Ano	Quant.	%
2009	1	1,15%
2010	4	4,60%
2011	3	3,45%
2012	2	2,30%
2013	4	4,60%
2014	1	1,15%
2015	5	5,75%
2016	18	20,69%
2017	22	25,29%
2018	10	11,49%
2019	11	12,64%
Total	81	100%
Média	2,85	20%

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

O tema ganhou destaque a partir de 2016 (20,69%) e 2017 (25,29%). No entanto, em 2018 (11,49%) e 2019 (12,64%) o quantitativo começou a decair. Nos anos entre 2009 e 2015, o número de estudos publicados se manteve em uma média de 2,85 (20% do total).

As publicações provenientes de pesquisas do tipo básicas apresentaram temas sob diferentes enfoques estudados nos seguintes âmbitos, conforme demonstra o quadro 2:

Quadro 2 – Tipo de pesquisa básica, enfoque do acesso e âmbito

Ano	Enfoque do tema	Âmbito
2009	- Acesso à justiça, informação jurídica, transparência ativa na Justiça Estadual do Maranhão (BOTTENTUIT, 2009).	Brasil
2010	- Transparência ativa, passiva e acesso à informação (BATISTA, 2010).	Brasil
	- Transparência ativa, passiva e acesso à informação (FERNANDEZ AJENJO, 2010).	Espanha
2011	- Acesso à informação, corrupção governamental (QUIÑONES GARCIA, 2011).	Espanha
	- Acesso à dados abertos governamentais, transparência ativa. (FERRER-SAPENA, et. al., 2011). - Transparência ativa e passiva na América Latina (GARCÍA TABUYO, 2013).	
2012	- Acesso à documentos públicos, transparência ativa e passiva (GIMÉNEZ-CHORNET, 2012). - Difusão e acesso às fontes documentais (DOPAZO, 2012).	Espanha
2013	- Acesso à informação judicial, transparência ativa e passiva, leis de Espanha, Itália, França, Portugal, Reino Unido e Israel (VELASCO SANZ, 2013).	Espanha
	- Transparência ativa e passiva na América Latina (GARCÍA TABUYO, 2013).	
	- Transparência ativa da administração pública (BLANES CLIMENT, 2013).	
2015	- Comportamento dos profissionais da informação no Brasil em relação a implantação do acesso à informação (BATISTA, 2015).	Brasil
	- Transparência ativa de universidades públicas federais (GAMA E RODRIGUES, 2015)	Espanha
	- Participação cidadã o acesso à informação e preceitos jurídicos-administrativos legais (FERNANDEZ GONZALEZ, 2015). - Leis de acesso à informação, transparência e democracia (CLERY AGUIRRE, 2015).	
2016	- Lei de acesso à informação, dados abertos, políticas de transparência pública (POSSAMAI, 2016).	Brasil
	- Lei de acesso à Informação, comunicação, jornalismo (SOUZA, 2016).	
	- Divulgação e acesso à informação, liberdade de imprensa (CASTRO, 2016).	
	- Transparência ativa, passiva e diálogo entre governo e sociedade (SANTOS, 2016).	
	- Transparência ativa governamental (MOREIRA, SANT'ANA E JORENTE, 2016).	
- Transparência ativa e passiva como instrumento na governança (EMPINOTTI E JACOBI, 2016).	Espanha	
- Cumprimento da lei de acesso na administração pública espanhola (BELTRAN-ORENES E MARTINEZ-PASTOR, 2016).		

(Continua)

Quadro 2 – Tipo de pesquisa básica, enfoque do acesso e âmbito

(Conclusão)

Ano	Enfoque do tema	Âmbito
2017	- Lei de acesso à informação brasileira no estado do Maranhão (BARROS, 2017). - Lei de acesso em relação à gestão documental (DE CARLI E FACHIN, 2017). - Contribuição da arquivologia para o direito de acesso à informação e a privacidade (SILVA, 2017). - Acesso à informação, justiça de transição (OLIVEIRA, 2017).	Brasil
	- Transparência e acesso à informação pública (MORALES, 2017; BARRAL, 2017; HERRERA, 2017; MARTÍN, 2017; JIMÉNES, 2017; MONGE, 2017). - Transparência ativa nos ajuntamentos espanhóis e o grau de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais (SANCHES et. al., 2017), (MARTÍN et. al., 2017). - Transparência ativa nos municípios espanhóis. - Transparência ativa no portal de transparência da Espanha (BELTRÁN-ORENES E MARTINS-PASTOR, 2017). - Transparência ativa nos municípios da Espanha (SANCHÉS, 2017). - Transparência ativa nos ajuntamentos espanhóis da comunidade de Castilla de la Mancha (MARTÍN; VIÑÁN, 2017). - Transparência ativa nas universidades públicas espanholas. (COUSIDO, et. al., 2017). - Transparência ativa nos municípios espanhóis (DELGADO, et. al., 2017).	Espanha
	- Regulação do direito de acesso à informação pública no Brasil e na Espanha (SANTOS et. al., 2017).	Brasil e Espanha
	- Transparência ativa na televisão espanhola e chilena (ASTUDILLO MUÑOZ, et. al., 2017).	Brasil e Chile
2019	- Acesso à informação e democracia (EIRÃO; LEITE, 2019). - Acesso à informação e tratamento de dados pessoais (De SOUSA et. al., 2019). - Direito de acesso à informação na América Latina (PELINGEIRO et. al., 2019). - Transparência ativa e jornalismo (BRENOL; WEBER, 2019).	Brasil

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Quadro 3 – Tipo de pesquisa aplicada, enfoque do acesso e âmbito

Ano	Enfoque do tema	Âmbito
2010	- Acesso à informação, direito fundamental (HERNANDEZ GODINEZ, 2010). - Transparência da informação pública, proteção de dados pessoais (DOMINGUES GONZALEZ, 2010).	Espanha
2013	- Acesso à informação, recursos informacionais digitais, dados abertos (MODESTO, 2013).	Brasil
2014	- Transparência ativa e dados abertos na União Europeia (ARQUERO AVILÉS E MARCO CUENCA, 2014).	União europeia
	- Transparência ativa nas universidades federais brasileiras (ZORZAL; RODRIGUES, 2015).	Brasil
2016	- Transparência ativa nas Universidades federais brasileiras (GAMA, RODRIGUES, 2016). - Transparência ativa nas universidades federais brasileiras (VALVERDE DA SILVA, 2016). - Implantação da lei de acesso nos executivos estaduais (TATEMOTO, 2016). - Transparência ativa nas controladorias locais (municipais) brasileiras (CRUZ SILVA; SPINELLI, 2016).	Brasil
	- Transparência ativa nas universidades públicas espanholas (PACIOS et. al., 2016). - O direito de acesso e a relação ao direito à privacidade (MORENO, 2016). - Transparência ativa em Castilla e León (CABEZUELO-LORENZO et. al., 2016). - Transparência ativa e passiva, direito de acesso (NÁJERA MONTIEL, 2016). - Políticas de comunicação e transparência ativa (RIERA LOPÉZ, 2016). - Tecnologias da informação e comunicação como ferramentas para o acesso e a administração pública (SANSANO, 2016).	Espanha
2017	- Transparência ativa nas prefeituras do Estado do Rio Grande do Norte (SALGADO; AIRES, 2017). - Transparência ativa na internet e democracia (ZAGANELLI; MIRANDA, 2017). - Acesso à informação por meio de imagens e fotografias (DE LIMA et. al., 2017).	Brasil
		(Continua)

Quadro 3 – Tipo de pesquisa aplicada, enfoque do acesso e âmbito

(Conclusão)

Ano	Enfoque do tema	Âmbito
2018	- Aplicação da lei de acesso na Bahia, transparência ativa (MATTOS, 2018). - Transparência passiva, análise de pedidos de acesso (MICHENER et. al., 2018). - Adesão às diretrizes de acesso nos países do CONE SUL (EIRÃO, 2018). - Transparência ativa nos municípios brasileiros (CARDOSO et. al., 2018).	Brasil
	- Transparência ativa e uso da língua castelhana nos portais dos parlamentos autonômicos (URIBE OTALORA, 2018). - Transparência ativa nos portais do governo espanhol (CANADESÚS DE MINGO E CERRILLO-I-MARTINEZZ, 2018). - Transparência ativa e passiva na Câmara dos Deputados espanhóis (RAZQUIM LIZARRAGA, 2018). - Transparência ativa e passiva, governo e corrupção (SANT'ANNA, 2018). - Transparência ativa nos hospitais de Madrid (GUITIÉRREZ-PONCE et. al., 2018).	Espanha
	- Transparência ativa em televisão do Equador com base na lei espanhola (LÓPES-LÓPEZ et. al., 2018).	Equador
2019	- Sistema eletrônico de serviço ao cidadão em uma universidade federal brasileira e transparência ativa (MACIEL et. al., 2019). - Índice de transparência para o controle social nas universidades públicas do Brasil (MELO; FUCHIGAMI, 2019). - Transparência ativa no executivo federal brasileiro (DINIZ, 2019). - Transparência ativa e passiva no Estado de Minas Gerais, controle social e democracia (MASSENSINI; FROTA, 2019).	Brasil
	- Transparência ativa, dados abertos e lei de acesso no governo espanhol (LA ROSA BARROLLETA; SANDOVAL MARTÍN, 2019).	Espanha
	- Direito de acesso à informação, transparência ativa e dados abertos governamentais de Espanha e Panamá (SOLAECHÉ; GINER, 2019).	Espanha e Panamá

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Já as publicações provenientes de pesquisas aplicadas foram desenvolvidas com os seguintes temas e respectivos âmbitos, apresentados acima no quadro 3.

A partir dos quadros 2 e 3, constata-se que, dentre os enfoques, predominou a transparência ativa em 60,0%, investigada sob o viés, prioritariamente, de pesquisas aplicadas, tanto no Brasil quanto na Espanha e também em outros âmbitos, como a União Europeia, o Chile, o Panamá e o Equador. Os focos se detiveram na administração pública em geral e nos seguintes locais: universidades federais brasileiras; universidades públicas espanholas; instituições do Poder Executivo do Brasil; Controladoria Geral da União brasileira; Prefeituras do Estado do Rio Grande do Norte do Brasil; Estado de Minas Gerais; Justiça do Estado do Maranhão; Estado da Bahia; Municípios de Brasil e Espanha; Tribunal de Contas Brasileiro e Espanhol; Administração Municipal de Castilla e León; prefeituras espanholas; hospitais públicos de Madri; Parlamento espanhol; órgãos de fiscalização, consulta e defensoria espanhóis; Câmara dos Deputados espanhóis; televisão chilena; televisão equatoriana; governos brasileiro, espanhol e panamenho.

O restante das publicações (40,0%) foi direcionado ao viés da pesquisa básica, também voltada à transparência ativa, mas sobretudo ao estudo dos reflexos do acesso em alguns campos, como administração pública; governança; sociedade; combate à corrupção; e gestão de documentos. As publicações analisaram ainda a transparência passiva de instituições públicas, sendo um desses estudos na perspectiva aplicada.

Quanto ao tipo de pesquisa por âmbito (tabela 2), os estudos da Espanha foram desenvolvidos, em sua maioria, através de pesquisas do tipo aplicada (54,55%), enquanto, no Brasil, prevaleceu a pesquisa básica (48,65%). Os âmbitos com o quantitativo de publicações em cada um, bem como o índice geral do tipo de pesquisa e a respectiva incidência por âmbito se apresentaram da seguinte forma:

Tabela 2 – Publicação por âmbito

Âmbito/ publicação	Aplicada		Básica	
	Quant.	%	Quant.	%
Espanha (43)	24	54,55%	19	51,35%
Brasil (33)	15	34,09%	18	48,65%
Brasil e Espanha (1)	1	2,27%	0	0,0%
Espanha e Chile (1)	1	2,27%	0	0,0%
União Europeia (1)	1	2,27%	0	0,0%
Espanha e Panamá (1)	1	2,27%	0	0,0%
Equador (1)	1	2,27%	0	0,0%
Total geral	44(54,3%)	100%	37(45,7%)	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

A pesquisa aplicada se sobressaiu moderadamente em relação à básica, sendo adotada em 54,3% das publicações. Além disto, a Espanha foi o âmbito compreendido no maior número das publicações (43), às quais se somam uma conjuntamente com o Brasil, uma com o Panamá e uma com o Chile. O Brasil, por outro lado, foi estudado em 33 publicações. Em outras duas publicações, uma estudou a União Europeia e a outra, o Equador.

No que concerne aos autores das publicações, em 75 foram autores diferentes, de modo que, nos cenários brasileiro e espanhol, apenas dois autores se destacaram com mais de uma publicação (ver demais autores em apêndice A), tal como demonstra a tabela 3.

Tabela 3 – Autores que mais publicaram

País	Autor(a)	Quant.	Publicação
Brasil	Rodrigues, G. M.	4	2 orientações de teses (2016, 2017) 2 artigos (2015, 2016)
Espanha	Beltrán-Orenes e Martínez-Pastor	2	2 artigos (2016, 2017)

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

No cenário brasileiro, a autora Georgete Medleg Rodrigues (RODRIGUES, G. M.), especialista em Ciência da Informação (CI) e professora do Departamento de CI da Universidade de Brasília, foi a que mais publicou, com um total de quatro publicações, sendo duas teses indexadas na BDTD em que atuou como orientadora – uma de Gama (2015) e outra de Barros (2017) – e dois artigos – um em coautoria com Zorzal (2015) e outro com Gama (2016) –, publicados nas revistas *Biblios* e *Transinformação*, respectivamente.

No cenário espanhol, Beltrán-Orenes e Martínez-Pastor (2016, 2017), ambas professoras do Departamento de Comunicação e Sociologia da Universidade Rey Juan Carlos, destacaram-se pela autoria conjunta de dois artigos direcionados à transparência ativa e aos dados abertos, publicados na revista espanhola *El Profesional de la Información*.

Os artigos (41 no total) foram publicados em 24 periódicos, da seguinte forma:

Tabela 4 – Publicação por periódico

Periódicos	Quant.	%
El Profesional de la Información	5	12,20%
Biblios	3	7,32%
Perspectivas em Ciência da Informação	3	7,32%
Revista de Administración Pública	3	7,32%
Revista General de Información y Documentación	3	7,32%
Revista Latina de Comunicación Social	3	7,32%
Transinformação	3	7,32%
Informação & Sociedade-Estudos	2	4,88%
Cadernos EBAPE.BR	1	2,44%
Comunicar	1	2,44%
Cuadernos info	1	2,44%
Estudios sobre el Mensaje Periodístico	1	2,44%
Estudios Avanzados	1	2,44%
Innovar	1	2,44%
International Journal of Information Management	1	2,44%
Meta: Avaliação	1	2,44%
Quality Innovation Prosperity	1	2,44%
Revista Brasileira de Políticas Públicas	1	2,44%
Revista de Derecho Político	1	2,44%

(Continua)

Tabela 4 – Publicação por periódico (Conclusão)

Periódicos	Quant.	%
Revista Española de Derecho Constitucional	1	2,44%
Revista Espanola de Documentación Científica	1	2,44%
Revista Interamericana de Bibliotecología	1	2,44%
READ Revista Eletrônica de Administração	1	2,44%
Revista de Investigações Constitucionais	1	2,44%
Total	41	100,0%

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

O periódico *El Profesional De La Información* contemplou o maior número de artigos (12,20%), seguido pela *Revista de Administración Pública*, *Revista General de Información y Documentación*, *Revista Latina de Comunicación Social*, *Transinformação*, *Revista Biblios e Perspectivas em Ciência da Informação*, com três (7,32%) cada. O periódico *Informação e Sociedade* contou com dois artigos (4,88%) e os demais com apenas um artigo, representando 2,44%.

De acordo com as próprias bases *Scopus* e *SciELO*, as publicações nessa diversidade de periódicos oportunizam um enriquecimento às esferas de conhecimento às quais tais trabalhos se inserem. São elas: 1. Artes e humanidades; 2. Administração, Gestão e Negócios; 3. Ciência da Computação; e 4. Ciências Sociais. Nessas esferas, os artigos incidiram do seguinte modo:

Tabela 5 – Artigos por esfera de conhecimento

Esfera de conhecimento	Quant.	%
Artes e Humanidades	15	36,59%
Ciência da Computação	10	24,39%
Administração, Gestão e Negócios	8	19,51%
Ciências Sociais	8	19,51%
Total	41	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Artes e Humanidades compreendeu o maior número de publicações de artigos (36,59%), seguida pela Ciência da Computação com 24,39%, enquanto as Ciências Sociais e Administração, Gestão e Negócios se igualaram com 19,51%.

As teses (40 no total) foram desenvolvidas nas seguintes universidades e áreas:

Tabela 6 – Teses por universidade e área de conhecimento

Instituição	Área de conhecimento	Quant.	%
Universidade de Brasília	3 – Ciência da Informação 2 – Direito	5	12,50%
Universidade de Salamanca	4 – Direito 1 – Ciência da Informação	5	12,50%
Universidade Carlos III de Madrid	3 – Direito	3	7,50%
Universidade Complutense de Madrid	3 – Direito	3	7,50%
Universidade Federal de Minas Gerais	3 – Ciência da Informação	3	7,50%
Universidade Estadual Paulista	2 – Direito	2	5,00%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1 – Direito 1 – Comunicação Social	2	5,00%
Universidade Nacional de Educación a Distancia	1 – Direito	1	2,50%
Universidade de Almería	1 – Contabilidade	1	2,50%
Universidade de Barcelona	1 – Ciência da Informação	1	2,50%
Universidade de Alicante	1 – Contabilidade	1	2,50%
Universidade de Castilla-La Mancha	1 – Direito	1	2,50%
Universidade de Valência	1 – Contabilidade	1	2,50%
Universidade Autonómica de Barcelona	1 – Comunicação Social	1	2,50%
Universidade de Santiago de Compostela	1 – Direito	1	2,50%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1 – Direito	1	2,50%
Universidade de Jaén	1 – Direito	1	2,50%

(Continua)

(Conclusão)

Tabela 6 – Teses por universidade e área de conhecimento

Instituição	Área de conhecimento	Quant.	%
Universidade Europeia de Madrid	1 – Comunicação Social	1	2,50%
Universidade Autonómica Madrid	1 – Direito	1	2,50%
Universidade Federal da Bahia	1 – Ciência da Informação	1	2,50%
Universidade Pompeu Fabra	1 – Direito	1	2,50%
Centro Universitário de Brasília	1 – Direito	1	2,50%
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1 – Direito	1	2,50%
Universidad Católica Santo Antonio	1 – Direito	1	2,50%
	Total	40	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Dentre as 24 universidades nas quais as teses foram produzidas, a de Salamanca e a de Brasília obtiveram o maior índice (12,50%): a primeira com quatro teses no campo do Direito e uma na área da Ciência da Informação, enquanto a segunda compreendeu três teses da área da Ciência da Informação e duas do Direito.

As universidades Carlos III de Madrid e Complutense de Madrid obtiveram 7,50%, com três teses na área do Direito, cada. A de Minas Gerais também teve o mesmo percentual, porém com teses na área da Ciência da Informação. A Universidade Federal Paulista compreendeu duas teses (5,00%) na área do Direito. A do Rio Grande do Sul também obteve este quantitativo, porém com uma tese do Direito e outra da Comunicação Social. As demais universidades corresponderam a apenas uma tese.

No que concerne às áreas, predominou o Direito em 60% das teses, seguido pela Ciência da Informação, com o percentual de 17,50%. As demais áreas se distribuíram do seguinte modo:

Tabela 7 – Teses por área de conhecimento

Área de conhecimento	Quant.	%
Direito	24	60,00%
Ciência da Informação	9	22,50%
Comunicação social	4	10,00%
Contabilidade	3	7,50%
Total	40	100%

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Outrossim, o estudo do AIP nas teses desenvolvidas na área da Ciência da Informação predominou nas universidades brasileiras, enquanto, nas universidades espanholas, se destacou no campo do Direito.

DISCUSSÃO

O acesso à informação foi contemplado em pelo menos uma publicação, mesmo nos anos anteriores às promulgações das leis que o regulamentam (Lei 12.527/2011 – Brasil e Lei 19/2013 – Espanha). Contudo, sua ascensão ocorreu em 2016, com investigações embasadas nas respectivas legislações. Isso demonstra a importância dessas leis não somente por regerem o acesso na administração pública, mas também porque fundamentam e aprimoram as produções científicas. Indo ao encontro dessa perspectiva, Blanton (2002, p. 56, tradução nossa) elucida que uma lei de acesso faz com que sejam geradas “[...] novas expectativas e, também, novas exigências para qualquer governo que se digne a considerar-se como uma democracia”. Dentre essas expectativas, podem ser incluídos estudos e discussões sob novas óticas, uma vez que o AIP, regulamentado, é o “coração da democracia” (CYRANEK, *et al.*, 2009, p. 2), responsável por assegurar que a sociedade obtenha a informação pública e conheça certas ações governamentais, podendo participar de algumas delas. Além disso, o AIP prevê o que deve ser ocultado, no entorno do sigilo e da privacidade. Nesse seguimento, as produções científicas podem potencializar a difusão teórico-aplicada desse processo à volta da relação entre governo, acesso à informação, sociedade.

Os múltiplos enfoques abordados nas publicações analisadas atestam que dificilmente o acesso é investigado de forma pura ou isoladamente dos elementos com os quais dialoga, tais como regime democrático, transparente, ético e um bom governo (EIRÃO; LEITE, 2019). Em comum, os autores das publicações analisadas defendem que o acesso é um direito fundamental estendido a todos os cidadãos.

Apesar da pesquisa aplicada se destacar quantitativamente em relação à básica, em termos de qualidade, isso não afeta as produções, visto que os dois tipos são válidos e necessários para a expansão dos estudos. Como ressalta Lopes (1991), “deveríamos, por fim, terminar lembrando que a questão crucial que precisamos colocar talvez não seja a de ciência básica versus ciência aplicada, mas a de assegurar a transferência [...] entre esses dois compartimentos mais do que de querer dimensioná-los”. Nesse sentido, as produções vêm satisfatoriamente conseguindo transferir amplos conhecimentos sobre o acesso à informação tanto no viés de pesquisas básicas quanto aplicadas.

No que diz respeito aos autores das publicações, a brasileira Rodrigues (2015; 2016; 2017), vinculada à Universidade de Brasília, se sobressaiu em relação aos demais. Suas investigações estão voltadas, entre outros aspectos, ao papel teórico-prático do AIP aliado à transparência de instituições públicas. Desse modo, a autora se caracteriza como uma significativa referência para os estudos voltados ao acesso à informação.

Concomitantemente, a Universidade de Brasília (brasileira) foi o lócus onde se originou o maior número de teses, equitativamente à Universidade de Salamanca (espanhola), duas instituições de prestígio nacional e internacional que demonstram o interesse em promover e divulgar conhecimentos provenientes de investigações sobre o AIP.

Dentre os periódicos, *El Profesional De La Información*, um dos mais valorados na Espanha na área de Ciência da Informação, com classificação Q1 (equivalente ao Qualis A1 – CAPES do Brasil), englobou o maior quantitativo de artigos.

Já os resultados das esferas do conhecimento envolvidas corroboraram com o aporte de que o acesso promovido pela “interação informação-homem se faz de modo interdisciplinar, ou seja, consta com facilidade preponderante em todas as áreas do conhecimento” (PIRES; MATOS, 2014, p. 242). As publicações apresentaram-se em áreas variadas, apesar do destaque nas esferas de Artes e Humanidades (no caso dos artigos) e nas áreas de Direito e Ciência da Informação (no caso das teses), demonstrando que o acesso é um assunto que vem sendo investigado de forma interdisciplinar, perpassando por outros campos, como Arquivologia, Ciência da Computação, Contabilidade, Comunicação Social etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, demonstrou-se, por meio do estado da arte, a caracterização das produções científicas em artigos e teses que vêm sendo publicados sobre acesso à informação pública no Brasil e na Espanha entre janeiro de 2009 e dezembro de 2019. Os resultados apontam analogias nas quais se observa que o acesso vem sendo abordado de forma interdisciplinar por distintos autores, sob diferentes óticas, áreas e contextos. No entanto, é válido esclarecer que naturalmente existem mais materiais que tratam da temática e não estão indexados nas bases de dados avaliadas.

A partir dos resultados e da discussão empreendidos, observa-se uma tendência de crescimento no quantitativo de publicações (artigos e teses) sobre o acesso à informação pública no Brasil e na Espanha, sendo que, no Brasil, vêm se sobressaindo os estudos realizados por intermédio de pesquisa básica e, na Espanha, de pesquisa aplicada.

Nesse sentido, pelo fato de ainda se mostrar menos utilizada nos estudos realizados no Brasil, a adoção de pesquisa do tipo aplicada pode ser um rumo interessante para o desenvolvimento de novas investigações brasileiras, extrapolando o foco da pesquisa básica.

Conforme o exemplo da maioria dos estudos realizados na Espanha, a pesquisa aplicada permite aliar a teoria à prática e verificar aspectos sobre a aplicabilidade do AIP em determinado órgão ou instituição pública, colaborando, em uma via de mão dupla, com os pesquisadores, ao adotar a teoria, e, concomitantemente, com os profissionais, ao constatar a realidade que se tem na prática e apresentar proposições sobre o que fazer a partir disso.

Ademais, o AIP é uma temática que possui um leque de enfoques, tais como: transparência ativa, transparência passiva, dados abertos etc. Todos os enfoques, contudo, potencializam a importância do tema e reforçam o acesso à informação com relação ao governo, a instituições e órgãos públicos, e à sociedade.

Haja vista o caráter plural do AIP, os pesquisadores interessados podem desenvolver e expor seus estudos sobre o tema em artigos, em teses e, evidentemente, em outros materiais, bem como em áreas como a Ciência da Informação, o Direito, e esferas como Artes e Humanidades, Ciências Sociais etc. Isso, porque os cenários possíveis sobre esse tema são amplos, em termos de enfoque e, por conseguinte, de áreas e esferas em que ele se insere, além de universidades, programas e periódicos.

Sincronicamente, o AIP passa por constantes mudanças e atualizações, mediante as disposições legais que o regulamenta, especialmente por meio de leis de acesso à informação nacionais. Nessa perspectiva, acredita-se que pesquisas que englobem o AIP em novas vertentes, principalmente ainda pouco exploradas, referentes aos momentos atuais que cada país vivencia, podem se sobressair nos próximos anos.

Tais vertentes, podem ser, por exemplo, as atualizações que as leis de acesso brasileira e espanhola vêm sofrendo, as alterações provisórias das leis de acesso e a repercussão, na prática, no período da pandemia decorrente da COVID-19, os instrumentos instrutivos que tratam da aplicabilidade das leis e de legislações afins, que complementam a lei de acesso, como o caso da nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira, entre tantas outras vertentes que esse vasto e apaixonante tema propicia.

Posto isto, salienta-se que se faz necessário que novas investigações sobre o AIP sejam desenvolvidas, pois seguramente aportarão um importante arcabouço de conhecimentos aos profissionais da informação, à sociedade e aos investigadores cujas pesquisas se vinculam a esse tema. Por conseguinte, o AIP obterá mais visibilidade e a sua execução será enriquecida.

REFERÊNCIAS

BLANTON, T. The World's Right to Know. *Foreign Policy*, n. 13, jul./ago. 2002, p. 50-58. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/11/11/the-worlds-right-to-know/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Trad. port. de Marco Aurélio Nogueira. 10. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CYRANEK, G. et al. Prólogo. In: Mendel, Toby. *El derecho a la información en América Latina: comparación jurídica*. Quito: UNESCO, 2009. p. 2-3. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183273_spa. Acesso em: 26 abr. 2021.

EIRÃO, T. G.; LEITE, F. C. L. 2019. Acesso à informação pública e à democracia: algumas reflexões. *Biblios*, n. 75, p. 35-45, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2019.491>. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183273_spa. Acesso em: 26 abr. 2021.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas Estado da Arte. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GRANDA-ORIVE, J. I. et al. Ciertas ventajas de Scopus sobre Web of Science en un análisis bibliométrico sobre tabaquismo. *Revista española de Documentación Científica*, Madrid, v. 36, n. 2, p. 03-11, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2013.2.941>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GRANT, M. J.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, n. 26, p. 91–108, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19490148/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GUICHOT REINA, E. Derecho de acceso a la información: experiencias regionales y estatales en Europa y América. *Derecho Comparado de la Información*, p. 135-188, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51383233.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LOPES, O. U. Pesquisa básica versus pesquisa aplicada. *Estudos avançados*, v. 5, n.13, p. 218-221, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300015>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MARQUES, F. Produção científica acessível. *Revista pesquisa FAPESP*, n. 259, p. 44-47, set. 2017. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/09/044-047_acesso-aberto_259.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

MENDEL, T. *Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158450_por. Acesso em: 26 abr. 2021.

MESSINA, G. *Estudio sobre el estado del arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa*. In: Reunión de consulta técnica sobre investigación en formación del profesorado. México: Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura, 1998.

PIRES, E. A. N.; MATOS, C. G. A gestão pública da informação na contemporaneidade: uma reflexão. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 19, n. 2, p. 235, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/951>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
As tecnologias da informação sob o domínio da justiça: disponibilidade e garantia de acesso das informações jurídicas da Justiça Estadual do Maranhão?	Bottentuit, Aldinar Martins/ Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa	Universidade Estadual Paulista/Ciência Política		2009	Tese BDTD
As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação	Batista, Carmem Lúcia	Transinformação	22/225- 231	2010	Artigo SciELO
El acceso a la información pública: evolución y consolidación de un derecho fundamental de nueva generación	Hernández Godinez, Alfonso	Universidad Carlos III de Madrid/Derecho		2010	Tese TESEO
El control de las Administraciones Públicas y la lucha contra la corrupción: especial referencia al Tribunal de Cuentas y a la intervención general de la Administración del Estado	Fernández Ajenjo, José Antonio 20/260-269	Universidad de Salamanca/ Derecho		2010	Tese TESEO
Transparencia de la información pública y protección de datos personales: un balanceo necesario	Dominguez Gonzalez, Luis Alberto	Universidad Complutense de Madrid/Derecho		2010	Tese TESEO
Acceso a los datos públicos y su reutilización: Open data y open government	Ferrer-Sapena, A., Peset, F., Aleixandre-Benavent, R.	El Profesional de la Información	20/260- 269	2011	Artigo Scopus
Archivos y ciudadanía: El acceso a la Información pública	Lopez. A. P. A.	Revista General de Información y Documentación	21/249- 264	2011	Artigo Scopus
Vigilando al estado: el derecho de acceso a la información pública frente a la corrupción gubernamental	Quiñones Garcia, Samuel	Universidad de Salamanca/ Derecho		2011	Tese TESEO
Acceso de los ciudadanos a los documentos como transparencia de la gestión pública	Giménez-Chornet, V.	El Profesional de la Información	21/204- 508	2012	Artigo Scopus
Responsabilidad social corporativa (RSC): Fuentes de información y documentación	Dopazo, M.P.	Revista General de Información y Documentación	22/279- 305	2012	Artigo Scopus
El acceso a la información judicial en el derecho comparado: España, Francia, Italia, Portugal, Reino Unido e Israel	Velasco Sanz, Antonio	Universidad Nacional de Educación a Distancia/ Derecho		2013	Tese TESEO
La ley de acceso a la información pública: cumplimiento de las obligaciones de transparencia online en el ámbito local latinoamericano	García Tabuyo, Manuela	Universidad de Almería/Gestión empresarial y economía		2013	Tese TESEO

(Continua)

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
La transparencia informativa de las administraciones públicas. el derecho de las personas a saber y la obligación de difundir información pública de forma activa	Blanes Climent, Miguel Ángel	Universidad Complutense de Madrid/Derecho		2013	Tese TESEO
Representação e persistência para acesso a Recursos Informativos Digitais gerados dinamicamente em sítios oficiais do Governo Federal	Modesto, Lisandro Rogério/ Ferneda, Edberto	Universidade Estadual Paulista/Ciência Política		2013	Tese BDTD
El portal de datos abiertos de la Unión Europea: Análisis y evaluación	Arquero Avilés, R., Marco Cuenca, G.	Revista General de Información y Documentación	24/99-118	2014	Artigo Scopus
El acceso a la información pública: análisis de la experiencia europea y española y bases para su regulación en la república del Ecuador	Clerly Aguirre, Arturo Guillermo	Universidad de Barcelona/ Información y Documentación en la Sociedad del Conocimiento		2015	Tese TESEO
Instrumentos de transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contábeis nas universidades federais	Gama, Janyluce Rezende/ Rodrigues, Georgete Medleg	Universidade de Brasília/Ciência da Informação		2015	Tese BDTD
La participación en la administración pública como expresión de intereses supraindividuales (colectivos y difusos): a propósito de la ley sobre transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno.	Fernandez Gonzalez, Paula Lorena	Universidad Carlos III de Madrid/Derecho		2015	Tese TESEO
O acesso a informação online: aspectos, tendências e impactos sociais no comportamento dos profissionais da informação no Brasil	Batista, Sylvania de Amorim	Universidad de Salamanca/ Información y Documentación		2015	Tese TESEO
Transparência das informações das universidades federais: Estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança	Zorzal, L., Rodrigues, G.M.	Biblios	61/1-18	2015	Artigo Scopus *Duplicado Scielo
A complexidade da disponibilização e acesso a dados governamentais na Web	Moreira, F.M., Sant'Ana, R.C.G., Jorente, M.J.V.	Perspectivas em Ciência da Informação	21/70-88	2016	Artigo Scopus
Análisis de herramientas para la monitoración ciudadana de las autoridades públicas: transparencia municipal en Castilla y León	Cabezuelo-Lorenzo, F., Rey-García, P., Tapia-Frade, A.	Revista Latina de Comunicación Social	71/1261-1279	2016	Artigo Scopus

(Continua)

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
Ciudadanía, administración y transparencia. Del gobierno electrónico al gobierno abierto. Un estudio sociopolítico de las webs de los ayuntamientos de la provincia de Alicante	Cano Sansano, Carmen	Universidad de Alicante/ Economía y sociedad		2016	Tese TESEO
Dados abertos no governo federal brasileiro: desafios de transparência e interoperabilidade	Possamai, Ana Júlia/ Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Ciência Política		2016	Tese BDTD
El derecho de libertad, en su modalidad de libertad de acceso a la información pública: un valor superior o un derecho fundamental. realidad y efectos en los estados democráticos	Iraheta Moreno, Rogelio Edgardo	Universidad de Castilla-La Mancha/Derecho		2016	Tese TESEO
Grado de cumplimiento de las Leyes de transparencia, acceso y buen gobierno y de reutilización de los datos de contratación de la administración central Española	Beltrán-Orenes, P., Martínez-Pastor, E.	El Profesional de la Información	25/557-567	2016	Artigo Scopus
Habilidades de información profesional y datos abiertos. Retos para el empoderamiento ciudadano y el cambio social	Gertrudis-Casado, M.- C., Gétrudix-Barrio, M., Álvarez-García, S.	Comunicar	24/39-47	2016	Artigo Scopus
Información y transparencia pública: instrumentos de control para la toma de decisiones en la gestión de las universidades federales brasileñas	Valverde da Silva, Rodrigo	Universitat de València (Estudio General)/ Contabilidad		2016	Tese TESEO
Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos de acesso	Santos, Priscilla Ribeiro dos	Revista de Administração Pública	50/501-511	2016	Artigo SciELO
Lei de acesso à informação e sua implementação nos executivos estaduais	Tatemoto, Leticia Caroline Barche/ Filgueiras, Fernando de Barros	Universidade Federal de Minas Gerais/Ciência da Informação		2016	Tese BDTD
Lei de acesso à informação: um canal à fonte de notícia	Souza, Rose Mara Vidal de/ Josgrilberg, Fabio Botelho	Universidade Metodista de São Paulo/ Comunicação Social		2016	Tese BDTD
O direito fundamental à verdade: divulgação e acesso à informação	Castro, Carlos Roberto Ibanez/ Silva, Roberto Baptista Dias da	Pontificia Universidade Católica de São Paulo/Direito		2016	Tese BDTD
O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros	Cruz, Maria do Carmo Meirelles Toledo; Silva, Thomaz Anderson Barbosa; Spinelli, Mario Vinícius	Cadernos EBAPE.BR	14/721-743	2016	Artigo SciELO

(Continua)

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
Políticas de comunicación en los órganos españoles de fiscalización, consulta y defensoría: la aplicación de las nuevas tecnologías como herramienta de transparencia y publicidad activa	Riera López, Marta	Universidad de Salamanca/ Derecho		2016	Tese TESEO
Transparencia administrativa, acceso a la información y estado de la tecnología. el anclaje constitucional del derecho de acceso a la información	Nájera Montiel, Javier	Universidad Pompeu Fabra/ Derecho		2016	Tese TESEO
Transparência e a governança	Empinotti, V.L. Jacobi, P.R., Fracalanza, A.P.	Estudos Avançados	30/63-75	2016	Artigo Scopus
Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras	Gama, J.R., Rodrigues, G.M.	Transinformação	28/45-57	2016	Artigo Scopus *Duplicado SciELO
Transparencia y acceso a la información sobre proyectos de investigación en las universidades públicas españolas	Pacios, A.-R., Vianello-Osti, M., Rodríguez-Bravo, B.	El Profesional de la Información	25/721-729	2016	Artigo Scopus
A lei brasileira de acesso à informação: uma análise da sua construção, do contexto nacional ao contexto político oligárquico do estado do Maranhão (2009-2014)	Barros, Dirlene Santos/ Rodrigues, Georgete	Universidade Nacional de Brasília/Ciência da Informação		2017	Tese BDTD
A Lei de Acesso à Informação e a gestão de documentos	de Carli, Deneide Teresinha; Bóries Fachin, Gleisy Regina	Biblios	66/47-59	2017	Artigo SciELO
Calidad y transparencia en la información y comunicación que se emite a través de las páginas webs de los municipios: comparación de caso ecuador y España	Medranda Morales, Narcisa Jessenia	Universidad Autónoma de Barcelona/ Comunicación		2017	Tese TESEO
Cumplimiento de los requisitos de transparencia: diagnóstico de la situación para los municipios españoles	Delgado Jalón, María Luisa; Navarro Heras, Emilio; Mora Agudo, Leonor	Innovar	28/109-121	2017	Artigo Scopus *Duplicado SciELO
El acceso web para personas con capacidades limitadas en los ayuntamientos españoles	Sánchez-Labela Martín, Inmaculada; Simelio, Nuria; Moreno-Sarda, Amparo	Cuadernos info	41/155-173	2017	Artigo Scopus *Duplicado SciELO
El control de la transparencia y el acceso a la información pública en defensorías del pueblo	Neira Barral, Daniel	Universidad de Santiago de Compostela/ Derecho		2017	Tese TESEO

(Continua)

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
El derecho de acceso a la información pública. Construcción de bases teóricas a partir del caso chileno y español	Astudillo Muñoz, Jorge Luis	Universidad de Salamanca/ Derecho		2017	Tese TESEO
Estado de la transparencia: el emergente derecho fundamental de acceso a la información pública	Palomares Herrera, Manuel	Universidad de Jaén/Derecho		2017	Tese TESEO
Exceções legais ao direito de acesso à informação: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos	Silva, Welder Antonio/ Venâncio, Renato Pinto	Universidade Federal de Minas Gerais/Ciência da Informação		2017	Tese BDTD
Gobierno eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir de lei de acesso à informação	Salgado, Camila Cristina Rodrigues; Aires, Renan Felinto de Farias	Perspectivas em Ciência da Informação	22/98-115	2017	Artigo SciELO
Imagens e sensações: o acesso à informação em acervos fotográficos	de Lima Saraiva, Natália; de Moura Pereira, Tânia Maria; Porto Ancona Lopez, André	Revista Interamericana de Bibliotecología	40/261-271	2017	Artigo SciELO
Indicadores de transparencia y buen gobierno de las webs municipales españolas	Sánchez, J.L.M.	Estudios Sobre el Mensaje Periodístico	23/477-488	2017	Artigo Scopus
Justiça de transição: direito de acesso à informação, à verdade e à memória	Oliveira, Nildete Santana de/ Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes	Centro Universitário de Brasília/Direito		2017	Tese BDTD
La transparencia de las Universidades en Internet	Cousido, P., Said-Hung, E., Montoya, C.	Transinformação	29/257-265	2017	Artigo Scopus *Duplicado SciELO
Ley de acceso a la información pública: cumplimiento e implementación en los gobiernos locales	Sáez Martín, Alejandro	Universidad de Almería/Ciencias económicas		2017	Tese TESEO
Ley de transparencia y periodismo en España: el derecho de acceso a la información pública desde el punto de vista de los profesionales de los medios de comunicación	Rubio Jiménez, Mariela	Universidad Europea de Madrid/ Comunicación		2017	Tese TESEO
Marco civil da internet e política pública de transparência: Uma análise da democracia eletrônica e o cumprimento público	Zaganelli, J.C., De Miranda, W.V.	Revista Brasileira de Políticas Públicas	7/634-646	2017	Artigo Scopus
Métodos de lógica difusa para evaluar la calidad de la transparencia pública	Martín, J.C., Viñán, C.S.	Quality Innovation Prosperity	21/61-80	2017	Artigo Scopus
O direito de acesso à informação: uma análise das realidades espanhola e brasileira	Santos, Joao Carlos Gardini; Guimaraes, Jose Augusto Chaves	Informação & Sociedade- Estudos	27/49-62	2017	Artigo SciELO

(Continua)

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
Organización de la información y sujetos obligados en el portal de la transparencia de España	Beltrán-Orenes, P., Martínez-Pastor, E.	El Profesional de la Información	26/983-994	2017	Artigo Scopus
Transparencia administrativa, acceso a la información y protección de datos personales: criterios para una conciliación de derechos desde la jurisprudencia del tribunal de justicia de la unión europea y la ley 19/2013, de 9 de diciembre, de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno	Quesada Monge, Daniel Federico	Universidad Autónoma de Madrid/Derecho		2017	Tese TESEO
Transparencia en público: desarrollo de indicadores y análisis de casos de España	López-López, P.C., Puentes-Rivera, I., Rúas-Araújo, J.	Revista Latina de Comunicación Social	72/253-272	2017	Artigo Scopus
A Lei de Acesso à Informação na Bahia: Cidadania e Eficácia Social	Mattos, Francisca/ Matos, Maria Teresa Navarro de Britto	Universidade Federal da Bahia/Ciência da Informação		2018	Tese BDTD
Acesso à informação pública nos países do Cone Sul : estudo sobre a adesão às diretrizes de acesso à informação	Eirão, Thiago Gomes/ Leite, Fernando César Lima	Universidade de Brasília/Ciência da Informação		2018	Tese BDTD
Características de las páginas web de los hospitales de la comunidad de Madrid: Relación entre la calidad web y la responsabilidad social corporativa	Gutiérrez-Ponce, H., Creixans-Tenas, J., Arimany-Serrat, N.	Revista Espanola de Documentación Científica	41/e194	2018	Artigo Scopus
Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois	Michener, Gregory; Contreras, Evelyn; Niskier, Irene	Revista de Administração Pública	52/610-629	2018	Artigo SciELO
La protección de la lengua castellana en el marco del multipartidarismo autonómico: el acceso a la información pública en español en la web oficial de los Parlamentos autonómicos	Uribe Otalora, Ainhoa	Revista de Derecho Politico	102/155-199	2018	Artigo SciELO
Límites del derecho de información de los diputados	Razquin Lizarraga, M.M	Revista Española de Derecho Constitucional	113/37-69	2018	Artigo Scopus
Mejorar la gestión de registros para promover la transparencia y prevenir la corrupción	Casadesús de Mingo, A., Cerrillo-i-Martínez, A.	International Journal of Information Management	38/256-261	2018	Artigo Scopus
Transparência e controle social da administração pública: limites e possibilidades no cenário brasileiro	Sant'Anna, Marília Mendonça Morais/Nohara, Irene Patrícia	Universidade Presbiteriana Mackenzie/ Direito		2018	Tese BDTD
Transparencia e información pública en las televisiones del Ecuador	López-López, P.C., Márquez-Domínguez, C., Molina Rodríguez, P., Ramos-Gil, Y.T.	Revista Latina de Comunicación Social	73/1307-1332	2018	Artigo Scopus

(Continua)

Apêndice A – Publicações analisadas e sintetizadas

(Conclusão)

Título da publicação	Autor (es)	Periódico/ Univ. Programa	Edição página	Ano	Material base
Transparência Pública: Análise em Portais de Transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil	Cardoso, L.L., Pfitscher, E.D., Da Rosa, F.S., Cardoso, T.L., Da Costa, C.B.	Meta: Avaliação	10/443-472	2018	Artigo Scopus
Acesso à informação pública e à democracia: algumas reflexões	Eirão, T. G., Leite, F.C.L.	Biblios	75/35-45	2019	Artigo Scopus
O sistema eletrônico do serviço de informação do cidadão (e-SIC) e sua contribuição para a transparência: uma experiência de gestão em uma universidade federal	Maciel, RG, Fonseca, PG, Duarte, FR, Dos Santos	Perspectivas em Ciência da Informação	24.2/143 – 164	2019	Artigo Scopus *Duplicado Scielo
Acesso à informação e tratamento de dados pessoais pela autoridade pública	De Sousa, RPM, Barrancos, JE, Maia, M.E	Informação e Sociedade	29/237-251	2019	Artigo Scopus
Proposta de índice bidimensional de transparência da informação público-eletrônica como ferramenta para participação e controle sociais	Melo, D.A.; Fuchigami, H.	REAd. Revista Eletrônica de Administração	25/179-214	2019	Artigo SciELO
Princípios sobre o direito de acesso à informação oficial na América Latina	Perlingeiro, R.; Díaz, I.; Liani, M.	Revista de Investigações Constitucionais	3.2/143-197	2019	Artigo SciELO
A construção da transparência pública no Brasil : análise da elaboração e implementação da Lei de Acesso à Informação no Executivo Federal (2003-2019)	Cunha Filho, M. C.; Diniz, D.	Universidade de Brasília/ Direito		2019	Tese BDTD
Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos.	Brenol, M. V.; Weber, M.H.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Comunicação		2019	Tese BDTD
Informação pública no estado de Minas Gerais: processos de controle social e de democratização	Massensini, R. L.; Frota, M. G. da C.	Universidade Federal de Minas Gerais/ Ciência da informação		2019	Tese BDTD
El derecho de acceso a la información nacional y supranacional. Los casos de España y Panamá y el difícil equilibrio entre la open data y la salvaguarda de la seguridad	Solaeché Bielsa, J. M.A.; Giner Alegría, C.A.	Universidad Católica San Antonio/ Derecho		2019	Tese TESEO
La implantación de la transparencia en los municipios españoles	Valle Escolano, R.; Rubio Nuñez, R.	Universidad Complutense de Madrid/ Derecho		2019	Tese TESEO
Periodismo de datos: el big data como elemento diferenciador sociocultural e insuficiencia de la ley de transparencia en España	La Rosa Barrolleta, L.A.; Sandoval Martín, m.t.	Universidad Carlos III de Madrid/ comunicación		2019	Tese TESEO

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.